

MEMÓRIA INDÍGENA E REPARAÇÕES PEDAGÓGICAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA

BARBOSA, Aline da Silva¹
QUINONES, Vanessa Orjuela²
BRIGHENTI, Clovis Antonio³

RESUMO

Trata-se de uma ação de extensão em curso, que pretende ser um espaço de dialógico sobre memória e história Guarani. A ação dialoga com lideranças, professores e comunidades indígenas Guarani do oeste paranaense, Puerto Iguazu (AR) e comunidades desalojadas por Itaipu Binacional no Paraguai, todas em região de fronteira. Como recorte temático atuamos com as ações do Estado como violador de direitos na segunda metade do século XX, quando a referida população perdeu suas terras em três processos distintos: colonização; criação do Parque Nacional do Iguaçu; e construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional. Nossa atuação terá como referência as recomendações apresentadas em dezembro de 2014 no Relatório Final publicado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no que concernem as “recomendações pedagógicas” encaminhadas ao Estado brasileiro.

Palavras-chaves: Guarani, Fronteira, Memória, Violações de Direitos.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Memória Indígena e Reparações Pedagógicas na Região de Fronteira têm por objetivo trabalhar com a memória indígena a fim de identificar as violações de direitos ocorridos a partir da segunda metade do século XX e propor ações de reparação. Essa ação está em consonância com as recomendações pedagógicas publicadas pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade em 2014 como uma ação que deve ser desenvolvida pelas instituições de Ensino Superior.

Sobre a temática indígena, os trabalhos da CNV não foram conclusivos, pois considerando tardia a inclusão da temática na Comissão, (apenas sete meses após o início dos trabalhos da CNV é que foi constituído o GT Indígena). Porém, os trabalhos deram visibilidade à temática e indicaram a necessidade das IES, juntamente com organizações da sociedade civil e do movimento indígena,

1 Estudante do Curso de Bacharel Historia, ILAACH -UNILA; bolsista (). E-mail: aline.barbosa@aluno.unila.edu.br;

2 Estudante do curso de Bacharel Arquitetura e Urbanismo, ILATIT-UNILA; bolsista (). E-mail: vanessa.orjuela@aluno.unila.edu.br;

3 Docente do Curso de Historia, ILAACH-UNILA; Orientador de bolsista(), E-mail: clovis.brighenti@unila.edu.br.

darem continuidade ao processo, visando consolidar a presença dos povos indígenas nos processos de justiça transicional para efetivar a justa reparação.

O projeto trabalha com parcerias com outras IES, com organizações da sociedade Civil e com o movimento indígena, pois é um fundamento importante para que a obtenção de bons resultados aconteça e também para que a sociedade saiba da mudança de conduta do estado em relação às reparações para os povos indígenas.

A ação de extensão é de caráter interinstitucional e multidisciplinar, atuando no oeste paranaense e na região de fronteira também com as comunidades Guarani da Argentina e Paraguay.

2 METODOLOGIAS

Nossa metodologia pressupõe diálogo permanente com as comunidades Guarani, principais sujeitos e destinatários de nosso projeto. A partir dos resultados da CNV damos prosseguimento às oficinas e seminários nas aldeias Guarani com públicos indicados pelos mesmos, especialmente professores e lideranças no sentido de dialogar sobre o que já foi produzido e estabelecer diretrizes com o que será produzido. Organizamos encontro de jovens com os mais velhos e encontros de líderes religiosos (Oporaíva) dos 3 países. Também associamos nossa ação de extensão com as pesquisas que desenvolvemos no mesmo campo de ação, através da sistematização de dados dos acervos pesquisados e devolvermos as comunidades nas oficinas e em outras formas de materiais.

A partir da memória oral e da documentação já catalogada produziremos material de caráter educativo e pedagógico voltado para a sociedade regional em seus espaços de produção de conhecimento.

Também buscaremos construir ações com nossos parceiros, no sentido de criar um conjunto de ações que possam se desenvolver em novas ações.

A parceria com outras IES e com a sociedade civil é fundamental, porque essa ação de extensão pressupõe atividades de médio prazo e não podem se limitar ao levantamento de informações, ela incide sobre ações de reparações pedagógicas que para isso precisa dialogar com a sociedade. Contamos com a articulação com o Conselho Indigenista Missionário, com o Centro de Trabalho

Indigenista, com a PUC-PR, Unioeste Cascavel, com a Cordinación Nacional de Pastoral Indígena (Conapi- PY) e Equipo Nacional de Pastoral Aborigene (Endepa-AR) e de organizações indígenas como o Conselho Continental da Nação Guarani - CCNAGUA.

Atuamos também com o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE) na perspectiva da justiça de transição. No ano de 2017 auxiliamos na elaboração do Relatório da Comissão Estadual da Verdade, trabalho esse coordenado pelo MPE, lançado no final daquele ano e que fizemos seu lançamento na Unila em abril de 2018.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa e extensão em história indígena caminha para a construção de novos marcos referenciais em sua abordagem. Apesar de incipiente, os pressupostos teóricos devem partir de outras temporalidades, diferentemente da abordagem clássica da história (ALMEIDA, 2010). Afinal os indígenas não ingressaram na história apenas no século XV durante o período colonial, a arqueologia é um importante instrumento para demonstrar a longevidade da presença dessas populações no continente (CARNEIRO DA CUNHA, 1992), nesse sentido amplia-se os universos de fontes para além da produção escrita, sejam de indígenas ou não indígena, deslocando-se para a cultura material e imaterial, dos conhecimentos e saberes transmitidos na oralidade.

As relações estabelecidas com indígenas na atualidade não podem ser pautadas pelos conceitos de transitórios ou mesclados sugerindo que esses seriam menos indígenas que as gerações passadas, mas na relação de sujeitos históricos de seu tempo, agindo a partir das condicionantes temporais e tradicionais. Na perspectiva da ação indígena, nosso projeto compreende que a partir da conquista dos direitos, os povos indígenas estão empenhados na sua concretização, deixando os “bastidores” para assumir o “palco”.

A nova abordagem sobre a temática quer se opor a perspectiva do Epistemicídio, definido Boaventura de Sousa Santos (2010) como uma forma de expropriar os povos indígenas de suas formas próprias de pensar a vida, do seu jeito de existir no mundo.

As novas teorias sobre essa temática são fundamentais para possibilitar a pluriculturalidade da sociedade brasileira. A abertura para essa nova abordagem passa necessariamente pelo conhecimento da história e cultura desses povos nos espaços formais da educação escolar e na educação popular.

4. RESULTADOS

Os resultados são ainda parciais, devido a não conclusão do projeto. Porém, os resultados também são alcançados no transcurso dos processos. O principal resultado é o registro e socialização da memória. Esse vem ocorrendo nos encontros de jovens que ocorrem a cada 2 meses, nos encontros de Oporaíva que ocorrem a cada semestre e reuniões de líderes com a Comissão Guarani da Verdade, sem periodicidade fixa. A própria existência da Comissão Guarani da Verdade é resultado desse projeto. Também registramos a memória dos líderes Guarani e a transcrevemos através dos bolsistas na metodologia da História Oral. Essas escritas são devolvidas as comunidades através de material produzido. No momento estamos finalizando a publicação de um livro sobre e memória visual, que associa a memória indígena com os acervos que coletamos em nossas pesquisas nos diferentes acervos.

Também estamos finalizando a construção de uma página na Web para armazenar o acervo que pesquisamos sobre a memória Guarani regional.

Também destacamos a publicação do Relatório da Comissão Estadual da Verdade, a qual contou com nossa participação e participação dos Guarani. Esse relatório publicado em dezembro de 2017 teve seu lançamento na Unila em abril de 2018 em parceria com o Ministério Público Estadual do Paraná.

Também estamos apresentando nossas ações em eventos científicos como uma forma de difusão; Definição de políticas para ingresso de indígenas na Unila e cursos específicos para indígenas já em curso; Também podemos afirmar que estamos construindo novos referenciais da decolonialidade a partir do povo Guarani, em processo de formulação de indicadores para a formação de acadêmicos indígenas, com a política em construção de ingresso diferenciado de indígenas na Unila.

5. CONCLUSÕES

O referido projeto poderia ser caracterizado como um Programa de Extensão, porque abarca diferentes ações e perspectivas, desde pesquisas, registros de memória, publicações e definições de políticas para ingresso na Universidade. Por esse motivo essa ação não se limita a um ano, mas a um período mais longo, e com metas definidos por períodos, assim conseguiremos ir mensurando sua efetividade ao longo dos anos.

Nossa próxima atividade será a publicação da memória definida e revelada pelos Guarani, ou seja, através do registro da oralidade, transcrever e transcriar e assim publicar escritos que sirvam para as comunidades, para as escolas e para a sociedade regional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**/ Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó nas décadas de 1970 e 1980**. (Tese). (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2012.

CUNHA, Manuela C. da. Org. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.